



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

RELATÓRIO E CONTAS

2017



ÍNDICE

1 – Relatório de Gestão;

2 – Demonstrações Financeiras Obrigatórias:

– **Balanço;**

- **Demonstração de Resultados por Natureza;**

- **Demonstração de Resultados por Funções;**

– **Mapa de Fluxos de Caixa;**

- **Mapa de Variação nos Fundos Próprios;**

– **Anexo;**

6 – Mapa Controle Orçamental;



RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução

Através do presente relatório, vem a Mesa Administrativa, dar conhecimento à Assembleia Geral da Irmandade e terceiros que com a Santa Casa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2017, cumprindo assim com o estipulado no artº. 32º do Compromisso:

Enquadramento

A Santa Casa da Misericórdia de Tarouca tem assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, no âmbito da solidariedade social, desenvolvendo esses aspetos de atuação sob a forma de um modelo humanista. Assume assim, uma importância social e económica de relevo na nossa comunidade.

A ação de solidariedade social exercida pela Santa Casa não se encerra apenas no setor da segurança social, abrangendo igualmente domínios como a saúde e a educação e bem assim no apoio e resposta a necessidades sociais de indivíduos e famílias mais vulneráveis, por via da sua proximidade da sociedade e por esse efeito, com capacidade para dar resposta mais eficaz a situações de emergência social.

Evolução da atividade

1- Desenvolvimento da atividade social

1.1- Valencia: Infância



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

- 1.2- A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 152 utentes e contou com a colaboração em media de 24 funcionários.
- 1.3- Valencia: Terceira Idade
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 118 utentes e contou com a colaboração em media de 67 funcionários.
- 1.4- Valencia: Unidade de Saude / Fisioterapia / Lar Residencial
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 31 utentes e contou com a colaboração em media de 35 funcionários
- 1.5- Valencia: CAO – Centro de Atividade Ocupacional
A atividade desta valência foi prestada a uma media diária de 17 utentes e contou com a colaboração em media de 6 funcionários
- 1.6- Valencia: RLIS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS
A atividade desta valência foi prestada a diversas pessoas e familias e contou com a colaboração em media de 2 funcionários.
- 1.7- Equipa R.S.I – Protocolo c/ Segurança Social
Fazemos o acompanhamento a 244 familias nos concelhos de Tarouca e Lamego, coma colaboração de 6 funcionárias.
- 1.8- Cantina Social
Fornecemos em média 45 refeicoes diárias a pessoas necessitadas

2- Evolução da situação económica e financeira

A atividade da Santa Casa evoluiu de forma bastante boa no exercício de 2017, apesar do clima de incerteza em que ainda vivemos.

Assim, com todas as dificuldades naturais, a Santa Casa aumentou os seu proveitos correntes em pelo menos 9,19% relativamente a 2016, o que lhe permitiu cobrir o aumento dos gastos que foi de 9,17%, terminando com um resultado operacional positivo (160.944,52€).



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

A OCUPAÇÃO MÉDIA NO ANO DE
2017 FOI A SEGUINTE:

Área	Resposta Social	Capacidade	Ocupação	Lista	Observações
Apoio a 3ª. Idade	Lar de Idosos	60	60	50	42 Comparticipados
	Apoio Domiciliário	45	38	0	30 Comparticipados
	Centro de Dia	20	20	0	16 Comparticipados
Família e Comunidade	Infantário	50	50	0	30 Comparticipados
	Creche	66	63	0	66 Comparticipados
	ATL	40	39	0	15 Comparticipados
	Lar Residencial	9	9	15	9 Comparticipados
	CAO	22	17	n.a.	17 Comparticipados
	RSI-Equipa Multidisciplinar	244 Famílias	244 Famílias	n.a.	n.a.
	Cantina Social	45 Refeições/dia	45 Refeições/dia	n.a.	34 Comparticipadas
Saúde	Clínica de Fisioterapia	n.a.	n.a.	n.a.	Protocolos apenas com seguradoras e atendimento a particulares
	Unidade de Saúde	20	Variável	n.a.	Cuidados continuados; 15 Comparticipados



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

ORIGINANDO OS RESULTADOS DISTRIBUIDOS PELAS VALÊNCIAS COMO SE DISCRIMINA:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Acção Social	Saude	Outras	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados		927.887,38	556.215,05	6.937,00	1.491.039,43	1.478.805,58
Custo das vendas e dos serviços prestados		1.561.543,91	430.183,61	135.751,96	2.127.479,48	1.839.478,51
Resultado bruto		(633.656,53)	126.031,44	(128.814,96)	(636.440,05)	(360.672,93)
Outros rendimentos		1.147.255,36	20.678,32	171.261,23	1.339.194,91	1.112.821,74
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	-	-
Gastos administrativos		400.563,16	184.143,09	70.016,23	654.722,48	699.584,53
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	-	-
Outros gastos		871,44	3.854,89	1.023,91	5.750,24	8.680,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112.164,23	(41.288,22)	(28.593,87)	42.282,14	43.883,54
Gastos de financiamento (líquidos)		25.190,58	1.347,06	0,00	26.537,64	30.240,41
Resultados antes de impostos		86.973,65	(42.635,28)	(28.593,87)	15.744,50	13.643,13
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0	-	-
Resultado líquido do período		86.973,65	(42.635,28)	(28.593,87)	15.744,50	13.643,13

MAPA COMPARATIVO DE GANHOS E PERDAS E VARIAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2017

DEZEMBRO DE 2015/2016/2017

Conta	Descrição	2015	Varição	2016	Varição	2017	Varição	Orçamento
	PROVEITOS:							
71	Vendas	7.933,00	17,48%	9.319,40	-57,00%	4.007,35	-70,96%	13.800,00
72	Prestações de Serviços	1.494.732,74	-1,69%	1.469.486,18	1,19%	1.487.032,08	2,34%	1.453.100,00
74	Trabalhos P/Propria Entidade	4.602,38	32,67%	6.106,17	-4,69%	5.819,55	16,39%	5.000,00
75	Subsídios à Exploração	792.371,13	31,12%	1.038.941,17	9,83%	1.141.081,23	10,82%	1.029.652,34
78	Outros Rendimentos Ganhos	72.500,97	-6,54%	67.756,41	183,79%	192.283,96	5,01%	183.107,92
79	Juros, Divid.Rend.Similares	21,55	-16,52%	17,99	-43,47%	10,17	-97,97%	500,00
Totais...		2.372.161,77	9,25%	2.591.627,32	9,21%	2.830.234,34	5,40%	2.685.160,26
	CUSTOS:							
61	Custo Mercad.Materias Consumidas	369.640,23	3,82%	383.770,81	2,44%	393.135,83	4,28%	377.000,00
62	Fornecimentos Serviços Externos	537.241,18	5,48%	566.688,07	-5,83%	533.663,50	-7,65%	577.900,00
63	Gastos Com o Pessoal	1.300.252,50	11,96%	1.455.707,70	19,14%	1.734.343,65	22,76%	1.412.838,20
64	Gastos Depreciação Amortização	153.215,62	-17,33%	126.661,67	-5,95%	119.129,45	-5,83%	126.500,00
65	Perdas Por Imparidade	0,00	0,00%	5.296,36	100,00%	0,00	100,00%	0,00
68	Outros Gastos e Perdas	5.482,00	75,47%	9.619,17	-20,16%	7.679,77	-27,89%	10.650,00
69	Gastos Perdas Financiamento	39.330,03	-23,11%	30.240,41	-12,24%	26.537,64	-15,75%	31.500,00
Totais...		2.405.161,56	7,19%	2.577.984,19	9,17%	2.814.489,84	10,96%	2.536.388,20
	Resultados ...	-32.999,79	-141,34%	13.643,13	15,40%	15.744,50		148.772,06



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

É de realçar a contenção que se verifica nos gastos, controláveis, uma vez que ao nível dos encargos com pessoal tal não é possível porque a nossa missão assenta sobre tudo, nos cuidados personalizados que prestamos.

No que respeita à estabilidade financeira da Santa Casa no longo prazo, todos os indicadores apontam no futuro manterá a performance que tem conseguido.

Estrutura de capitais

	2017	2016
<u>Estrutura de Capitais:</u>		
Autonomia Financeira	49,94%	50,41%
Solvabilidade Financeira	100,00%	102,00%
Endividamento	50,00%	50,00%
Capacidade de Endividamento	69,00%	63,00%
Liquidez Geral	64,00%	78,00%

A Santa Casa apresenta assim uma estrutura de capitais adequada e que lhe permitem funcionar de forma equilibrada.

O que se poderá confirmar com a informação relativa à forma como paga e recebe

	2017	2016
<u>Rácios de Funcionamento:</u>		
Prazo médio de Recebimentos (dias)	56,07	48,23
Prazo Médio de Pagamentos /(dias)	46,06	42,03
Prazo Médio de Stockagem (dias)	25,83	25,7

3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A Mesa Administrativa considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela Instituição reforçam a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível dos cuidados sociais que presta.

A análise da evolução da actividade nos primeiros meses de 2018, perspectiva, com reservado optimismo, pelo menos a manutenção da situação verificada no exercício de 2017, e esperando que as medidas de contenção de gastos entretanto implementadas produzam os efeitos desejados.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do exercício, que ascendeu a **15.287,60€**, positivos, fique em Resultados Transitados.

7 - AGRADECIMENTOS

A Mesa Administrativa aproveita a oportunidade para agradecer a todos os Irmãos, Colaboradores, demais entidades que com ela se relacionaram.

Tarouca, 19 de Fevereiro de 2018

A Mesa Administrativa,

Balanco

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,1	2.708.037,66	2.763.949,25
Investimentos financeiros	3,3	1.007,48	1.007,48
Subtotal		2.709.045,14	2.764.956,73
Ativo corrente			
Inventários	3,5	29.940,11	37.897,44
Créditos a Receber	9	231.160,63	214.358,13
Estado e outros Entes Públicos	10	10.808,20	14.893,02
Diferimentos	11	38.324,51	36.922,84
Outros Ativos Correntes	12	248.266,90	185.955,84
Caixa e depósitos bancários	3,1	32.044,01	26.902,42
Subtotal		590.544,36	516.929,69
Total do Ativo		3.299.589,50	3.281.886,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	13	1.049.141,53	1.035.498,40
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13	583.306,59	605.147,78
Resultado Líquido do período	13	15.744,50	13.643,13
Total dos fundos patrimoniais		1.648.192,62	1.654.289,31
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3,16	725.040,00	966.473,01
Subtotal		725.040,00	966.473,01
Passivo corrente			
Fornecedores	14	139.115,37	132.728,62
Estado e outros Entes Públicos	10	40.615,73	36.291,75
Financiamentos obtidos	13,1	436.859,81	167.289,44
Outros passivos Correntes	15	309.765,97	324.814,29
Subtotal		926.356,88	661.124,10
Total do passivo		1.651.396,88	1.627.597,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.299.589,50	3.281.886,42

Tarouca, 20 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		1.491.039,43	1.478.805,58
Subsídios, doações e legados à exploração		1.141.081,23	1.038.941,17
Trabalhos para a própria entidade		5.819,55	6.106,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(393.135,83)	(383.770,81)
Fornecimentos e serviços externos		(533.663,50)	(566.688,07)
Gastos com o pessoal		(1.734.343,65)	(1.455.707,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões			(5.296,36)
Outros rendimentos		192.283,96	67.756,41
Outros gastos		(7.679,77)	(9.619,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		161.401,42	170.527,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(119.129,45)	(126.661,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.271,97	43.865,55
Juros e rendimentos similares obtidos		10,17	17,99
Juros e gastos similares suportados		(26.537,64)	(30.240,41)
Resultados antes de impostos		15.744,50	13.643,13
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		15.744,50	13.643,13

Tarouca, 20 de Fevereiro 2018

Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Accção Social	Saude	Outras	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados		927.887,38	556.215,05	6.937,00	1.491.039,43	1.478.805,58
Custo das vendas e dos serviços prestados		1.564.809,54	426.917,98	135.751,96	2.127.479,48	1.839.478,51
Resultado bruto		(636.922,16)	129.297,07	(128.814,96)	(636.440,05)	(360.672,93)
Outros rendimentos		1.147.255,36	20.678,32	171.261,23	1.339.194,91	1.112.821,74
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	-	-
Gastos administrativos		400.563,16	184.143,09	70.016,23	654.722,48	699.584,53
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	-	-
Outros gastos		871,44	3.854,89	1.023,91	5.750,24	8.680,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		108.898,60	(38.022,59)	(28.593,87)	42.282,14	43.883,54
Gastos de financiamento (líquidos)		25.190,58	1.347,06	0,00	26.537,64	30.240,41
Resultados antes de impostos		83.708,02	(39.369,65)	(28.593,87)	15.744,50	13.643,13
Resultado líquido do período		83.708,02	(39.369,65)	(28.593,87)	15.744,50	13.643,13

Tarouca, 20 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras alter. recon. nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		-	-	-	1.035.498,40	-	-	605.147,78	13.643,13	1.654.289,31	-	1.654.289,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									15.744,50			15.744,50
RESULTADO EXTENSIVO									15.744,50			15.744,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados				13.643,13					(13.643,13)			(21.841,19)
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017					1.049.141,53	-	-	583.306,59	15.744,50	1.654.289,31	-	1.648.197,62

Unidade Monetária: Euros

A Mesa Administrativa

Tarouca, 20 de Fevereiro 2018
O Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1.485.979,84	1.490.811,69
Pagamento a fornecedores		(1.174.630,90)	(974.936,20)
Pagamentos ao pessoal		(1.208.425,07)	(1.300.869,71)
Caixa gerada pelas operações		(897.076,13)	(784.994,22)
Outros recebimentos/pagamentos		1.100.374,25	950.267,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		203.298,12	165.273,71
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(79.887,16)	(43.442,71)
<i>Juros e rendimentos similares</i>		10,17	17,99
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(79.876,99)	(43.424,72)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(91.741,90)	(127.416,06)
<i>Juros e gastos similares</i>		(26.537,64)	(30.240,41)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(118.279,54)	(157.656,47)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5.141,59	(35.807,48)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.902,42	62.709,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período		32.044,01	26.902,42

Tarouca, 20 de Fevereiro 2018

O Contabilista Certificado

A MESA ADMINISTRATIVA



SANTA CASA DA MISERICORDIA

TAROUCA

Demonstrações Financeiras
Individuais

ADMINISTRAÇÃO 2017



Índice

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	5
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016	7
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017	7
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8
ANEXO	9
1 Identificação da entidade e período de relato	9
1.1 Designação da entidade	9
1.2 Sede	9
1.3 Natureza da atividade	9
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
2.1 Indicação do referencial contabilístico	10
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	11
3 Políticas contabilísticas	12
3.1 Ativos fixos tangíveis	13
3.2 Locações	13
3.3 Investimentos financeiros	13
3.4 Ativos não correntes	14
3.5 Inventários	14
3.6 Créditos a receber	15
3.7 Estado outros entes públicos e imposto sobre o rendimento	15
3.8 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros	16
3.9 Acréscimos e diferimentos	16
3.10 Caixa e depósitos bancários	17
3.11 Imparidade de ativos	18
3.12 Fundos patrimoniais	19
3.13 Excedentes de revalorização	19
3.14 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	19
3.15 Passivos não correntes	19
3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	20
3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores	21
3.18 Vendas e prestação de serviços	21
3.19 Subsídios	22
3.20 Benefícios dos empregados	23
3.21 Rendimentos financeiros	23
3.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	24
3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro	24
4 Fluxos de caixa	25
4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	25
4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	25
5 Ativos fixos tangíveis	25



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	25
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	26
6	Locações	28
6.1	Locações financeiras	28
6.2	Locações operacionais	29
7	Investimentos financeiros	30
8	Inventários	30
8.1	Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	30
8.2	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	30
8.3	Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período	1
9	Créditos a receber	31
10	Estado e outros entes públicos	31
11	Diferimentos	32
12	Outros ativos	32
13	Fundos	33
13	Resultados transitados	33
13	Outras variações nos capitais próprios	32
13	Financiamentos obtidos	33
13.1	Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período	33
13.1	Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos	33
14	Fornecedores	34
15	Outros passivos	34
16	Venda e prestação de serviços	34
17	Subsídios, doações e legados à exploração	35
18	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	36
19	Gastos com pessoal	36
20	Outros rendimentos	36
21	Outros gastos	38
22	Juros e rendimentos similares obtidos	38
23	Juros e gastos similares suportados	38
24	Acontecimentos após a data do balanço	39
24.1	Autorização para emissão	39
24.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	39



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

25	Divulgações exigidas por diplomas legais	39
26	Outras informações	39
27	<i>Termo de responsabilidade</i>	39



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Euro	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,1	2.708.037,66	2.763.949,25
Investimentos financeiros	3,3	1.007,48	1.007,48
		2.709.045,14	2.764.956,73
Ativo corrente			
Inventários	3,5	29.940,11	37.897,44
Créditos a receber	9	231.160,63	214.358,13
Estado e outros entes públicos	10	10.808,20	14.893,02
Diferimentos	11	38.324,51	36.922,84
Outros ativos correntes	12	248.266,90	185.955,84
Caixa e depósitos bancários	3,1	32.044,01	26.902,42
		590.544,36	516.929,69
Total do ativo		3.299.589,50	3.281.886,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Resultados transitados	13	1.049.141,53	1.035.498,40
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	583.306,59	605.147,78
Resultado líquido do período	13	15.744,50	13.643,13
Total dos fundos patrimoniais		1.648.192,62	1.654.289,31
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3,16	725.040,00	966.473,01
		725.040,00	966.473,01
Passivo corrente			
Fornecedores	14	139.115,37	132.728,62
Estado e outros entes públicos	10	40.615,73	36.291,75
Financiamentos obtidos	13,1	436.859,81	167.289,44
Outros passivos correntes	15	309.765,97	324.814,29
		926.356,88	661.124,10
Total do passivo		1.651.396,88	1.627.597,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.299.589,50	3.281.886,42

Mesa Administrativa

Contabilista Certificac Contabilista Certificac



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Euro	
		Período	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	1.491.039,43	1.478.805,58
Subsídios, doações e legados à exploração	17	1.141.081,23	1.038.941,17
Trabalhos para a própria entidade	17	5.819,55	6.106,17
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-393.135,83	-383.770,81
Fornecimentos e serviços externos	18	-533.663,50	-566.688,07
Gastos com o pessoal	19	-1.734.343,65	-1.455.707,70
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3	-	-5.296,36
Outros rendimentos	20	192.283,96	67.756,41
Outros gastos	21	-7.679,77	-9.619,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		161.401,42	170.527,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-119.129,45	-126.661,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.271,97	43.865,55
Juros e rendimentos similares obtidos	22	10,17	17,99
Juros e gastos similares suportados	23	-26.537,64	-30.240,41
Resultado antes de impostos		15.744,50	13.643,13
Resultado líquido do período		15.744,50	13.643,13

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

Unidade monetária: Euro

Descrição Período de 2016	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							Total
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015				1.068.498,19		626.889,88	-32.999,79	1.662.487,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							13.643,13	13.643,13
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações				-32.999,79		-21.841,08	32.999,79	-21.841,08
				-32.999,79		-21.841,08	32.999,79	-21.841,08
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016				1.035.498,40		605.147,78	13.643,13	1.654.289,31

Mesa Administrativa Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

Unidade monetária: Euro

Descrição Período de 2017	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							Total
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016				1035498,40		605147,78	13643,13	1654289,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							15744,50	15744,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações				13643,13		-21841,19	-13643,13	-21841,19
				13643,13		-21841,19	-13643,13	-21841,19
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017				1049141,53		583306,59	15744,50	1648192,62

Mesa Administrativa Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Unidade monetária: Euro	
	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos dos clientes e utentes	1.485.979,84	1.490.811,69
Pagamentos a fornecedores	-1.174.630,90	-974.936,20
Pagamentos ao pessoal	-1.208.425,07	-1.300.869,71
Caixa gerada pelas operações	-897.076,13	-784.994,22
Outros recebimentos/pagamentos	1.100.374,25	950.267,93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	203.298,12	165.273,71
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-79.887,16	-43.442,71
	-79.887,16	-43.442,71
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	10,17	17,99
	10,17	17,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-79.876,99	-43.424,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-91.741,90	-127.416,06
Juros e gastos similares	-26.537,64	-30.240,41
	-118.279,54	-157.656,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-118.279,54	-157.656,47
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	5.141,59	-35.807,48
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	26.902,42	62.709,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	32.044,01	26.902,42

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA

1.2 Sede

Rua de S. Miguel 3610-143 TAROUCA

1.3 Natureza da atividade

A “Santa Casa da Misericórdia de Tarouca” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 145 de 26/06/2000, Série III, sendo o registo de alterações efectuado em 01/02/2016, pelo averbamento n.º 3, à inscrição N.º 41/85, a fls.23 e 23 verso do Livro N.º 2 das Irmandades da Misericórdia, com sede em “Tarouca – Rua de S. Miguel”. Tem como atividade “Apoio Social para Pessoas Idosas, com e sem alojamento, Crianças e Jovens sem alojamento, Deficiência, Unidade de Saúde e Fisioterapia e Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS (RLIS)” para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Em especial na área social, a Irmandade da Misericórdia exerce a sua acção através das 14 Obras de Misericórdia, (tanto as corporais como as espirituais), nas áreas da educação, da saúde, da cultura, entre outras, através da criação, organização e gestão de serviços e obras sociais, como estabelecimentos, equipamentos, estruturas residenciais e outras valências, designadamente:
 - À Infância e Juventude, em especial a crianças e jovens em perigo ou com deficiência;
 - Às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem abrigo e a vítimas de violência doméstica;
 - Apoio e protecção à família e comunidade em geral;
 - Apoio à integração social e comunitária;
 - Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspectiva curativa de reabilitação e reintegração;
 - Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, assim como a instalação de biblioteca;
 - Promoção da educação, da formação profissional, da cidadania e igualdade de direitos e oportunidades;
 - Agricultura e recursos naturais.



2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.



Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL; e
- Mapas de Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.



3 Políticas contabilísticas

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.14). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação (Intervalo)
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Equipamentos biológicos	0	0,00%
Outros ativos fixos tangíveis	0	0,00%



A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

3.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Entidade age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

3.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.



3.4 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

3.5 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é Custo Médio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários



(perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.6 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.11) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como “Ativo Corrente”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

3.7 Estado outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*



- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.8 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.14)

3.9 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas



rubricas “Outros ativos correntes” e “Outras passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.



3.11 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é



efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.12 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.13 Excedentes de revalorização

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem.

3.14 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

3.15 Passivos não correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,



- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras

3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.



Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.18 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são



reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.19 Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados a exploração” da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais



próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, conseqüentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.21 Rendimentos financeiros



Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

3.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 incluem:

Análise às perdas por imparidade dos ativos;

Estimativa para férias e subsídio de férias e respectivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	2.436,21	2.083,97
Depósitos à ordem	26.358,41	21.569,06
Depósitos a prazo	3.249,39	3.249,39
Total de caixa e depósitos bancários	32.044,01	26.902,42
Descoberto bancários	-	1.126,65
Total de caixa e seus equivalentes (DFC)	32.044,01	25.775,77

5 Ativos fixos tangíveis

5.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

5.1 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	198.758,63	-	-	-	-	198.758,63
Edifícios e outras construções	3.309.819,87	-	(48,67)	-	-	3.309.771,20
Equipamento básico	872.580,66	14.090,77	(19.335,41)	-	-	867.336,02
Equipamento de transporte	281.573,94	27.100,00	-	46.569,11	-	355.243,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	240.030,28	1.426,94	(24.855,36)	-	-	216.601,86
Outros Ativos fixos tangíveis	84.637,33	825,00	(5.008,32)	(2.854,50)	-	77.599,51
Total	4.987.400,71	43.442,71	(49.247,76)	43.714,61	-	5.025.310,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	32,38	-	-	-	-	32,38
Edifícios e outras construções	1.055.474,87	67.564,83	(4,85)	-	-	1.123.034,85
Equipamento básico	662.280,28	21.643,62	(48.978,42)	-	-	634.945,48
Equipamento de transporte	221.451,65	28.977,36	-	18.124,64	-	268.553,65
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	195.309,74	7.610,60	-	-	-	202.920,34
Outros Ativos fixos tangíveis	31.009,06	865,26	-	-	-	31.874,32
Total	2.165.557,98	126.661,67	(48.983,27)	18.124,64	-	2.261.361,02

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	198.758,63	-	-	-	-	198.758,63
Edifícios e outras construções	3.309.771,20	20.647,58			-	3.330.418,78
Equipamento básico	867.336,02	27.869,79			-	895.205,81
Equipamento de transporte	355.243,05		(10.877,12)		-	344.365,93
Equipamento biológico	-	-			-	-
Equipamento administrativo	216.601,86	850,59			-	217.452,45
Outros Ativos fixos tangíveis	77.599,51	13.849,90			-	91.449,41
Total	5.025.310,27	63.217,86	(10.877,12)	-	-	5.077.651,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	32,38	-	-	-	-	32,38
Edifícios e outras construções	1.123.034,85	67.450,84	-		-	1.190.485,69
Equipamento básico	634.945,48	22.526,07			-	657.471,55
Equipamento de transporte	268.553,65	24.898,92	(10.877,12)		-	282.575,45
Equipamento biológico	-	-	-		-	-
Equipamento administrativo	202.920,34	3.584,01			-	206.504,35
Outros Ativos fixos tangíveis	31.874,32	669,61			-	32.543,93
Total	2.261.361,02	119.129,45	(10.877,12)	-	-	2.369.613,35

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-



6 Locações

6.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos:

Nº contrato	Bem locado	Locadora	Data de início	Data do fim	Valor do contrato	Pagamentos mínimos até 31.12.2017	Valor em dívida em 31.12.2017	Valor em dívida em 31.12.2016	Outros
50889	Viatura 59-NG-32	Locarent	01-11-2012	01-11-2018	12.422,77	9884,02	2.538,75	4831,34	
61040	Viatura 55-PH-27	Locarent	01-01-2015	01-01-2020	14.105,69	6620,84	7.484,85	9968,93	
61063	Viatura 55-PH-36	Locarent	01-01-2015	01-01-2020	20040,65	10179	9.861,65	13644,1	
Total					46.569,11	26.683,86	19.885,25	28.444,37	0,00

Exigibilidade corrente e não corrente dos valores em dívida (dos pagamentos mínimos futuros):

Locações financeiras	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos mínimos até 1 ano	8.511,91	10.318,68
Passivo corrente	8.511,91	10.318,68
Pagamentos mínimos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	11.373,34	18.125,69
Pagamentos mínimos mais de 5 anos		
Passivo não corrente	11.373,34	18.125,69
Valores em dívida (Pagamentos mínimos futuros)	19.885,25	28.444,37
Pagamento de juros futuros	1.674,03	2.394,58



6.2 Locações operacionais

Total dos futuros pagamentos mínimos:

Locações operacionais	31.12.2017	31.12.2016
Não mais de 1 ano	10.220,27	17.058,05
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	8.763,91	15.601,69
Mais do que 5 anos	0,00	0,00
Total	18.984,18	32.659,74

Descrição geral dos acordos de locação operacional significativos:

Nº contrato	Bem locado	Locadora	Data de início	Data do fim	Valor do contrato	Rendas pagas até 31.12.2016	Rendas pagas em 2017	Rendas vincendas	Outros
78318	Viatura 98-OX-01	Mercedes Financial	04-07-2014	21-05-2019	19.512,20	13969,94	9706,42	1.835,84	
2061873	Viatura 98-OF-03	Novo Banco	02-01-2014	02-01-2019	28.455,28	19337,8	6515,85	2.601,63	
95304	Viatura 13-QZ-29	Mercedes Financial	22-02-2016	03-02-2019	25.000,00	10.000,00	7.500,00	7.500,00	
Total					72.967,48	43.307,74	17.722,27	11.937,47	0,00

7 Investimentos financeiros

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2017	31-12-2016
Títulos da Caixa Crédito Agrícola Beira Douro	1.007,48	1.007,48
Total	1.007,48	1.007,48



8 Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

A Instituição adota como fórmula de custeio dos seus inventários o custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	29.940,11	37.897,44
	<u>29.940,11</u>	<u>37.897,44</u>
Perdas por imparidade		
Total	29.940,11	37.897,44

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	2017			2016		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial		37.897,44	37.897,44		28.625,08	28.625,08
Compras		387.108,03	387.108,03		393.984,55	393.984,55
Reclassificação e regularização de inventários		-1.929,53	-1.929,53		-938,43	-938,43
Inventário final		29.940,11	29.940,11		37.897,44	37.897,44
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas		393.135,83	393.135,83		383.773,76	383.773,76



9 Créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31-12-2017			31-12-2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes	0,00	78.796,78	78.796,78	0,00	79.923,87	79.923,87
Clientes	0,00	152.363,85	152.363,85	0,00	134.434,26	134.434,26
Total ativo	-	231.160,63	231.160,63	-	214.358,13	214.358,13

10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2017			31-12-2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Outros						
Iva a Recuperar/IRS	0,00	10.808,20	10.808,20	0,00	14.889,31	14.889,31
Total ativo	-	10.808,20	10.808,20	-	14.889,31	14.889,31
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	8.654,44	8.654,44	0,00	7.569,83	7.569,83
Contribuições para a segurança social	0,00	31.961,29	31.961,29	0,00	28.721,92	28.721,92
Total do passivo	-	40.615,73	40.615,73	-	36.291,75	36.291,75

11 Diferimentos:

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	8.453,66	6.416,45
Despesas de Conservação Diferidas	29.870,85	30.506,39
Total	38.324,51	36.922,84



12 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31-12-2017			31-12-2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Adiantamentos ao Pessoal	0,00	5.272,64	5.272,64	0,00	3.882,74	3.882,74
Outros Devedores	0,00	242.994,26	242.994,26	0,00	182.073,10	182.073,10
Total ativo	-	248.266,90	248.266,90	-	185.955,84	185.955,84

Representados pelas contas abaixo discriminadas:

E.N. Electricidade do Norte (Caução)	5,23€
Proder – Apoio Domiciliario	1.203,79€
IGFSS – Equipa do RSI	10.480,61€
IGFSS – Cantina Social	1.645,00€
I.E.F.P. Centro Emprego de Lamego	77.372,74€
Adiantamentos ao Pessoal	5.272,64€
Rendas a Receber	128,13€
POISE candidatura 03-4538-fse-000385	152.158,76€

Fundos, Resultados Transitados e Outras variações nos capitais próprios

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.035.498,40		13.643,13	1.049.141,53
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	605.147,78	-	(21.841,19)	583.306,59
	1.640.646,18	-	(8.198,06)	1.632.448,12



13 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31-12-2017			31-12-2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	634.249,48	269.397,02	903.646,50	932.745,53	76.286,06	1.009.031,59
Contas caucionadas	77.930,49	145.500,00	223.430,49	33.727,48	62.500,00	96.227,48
Letras descontas						
Locações financeiras	12.860,03	21.962,79	34.822,82		27.376,73	27.376,73
Contas de dep. Ordem a descoberto					1.126,65	1.126,65
Conta Corrente Factoring						
Outros						
Totais	725.040,00	436.859,81	1.161.899,81	966.473,01	167.289,44	1.133.762,45

13.1 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Financiamentos obtidos (não inclui locações financeiras - ver nota própria)	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos até 1 ano	436.859,81	167.289,44
Passivo corrente	436.859,81	167.289,44
Pagamentos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	725.040,00	966.473,01
Passivo não corrente	725.040,00	966.473,01
Totais	1.161.899,81	1.133.762,45

14 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	139.115,37	132.728,62
Totais	139.115,37	132.728,62



15 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos	31-12-2017			31-12-2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Pessoal						
Remunerações a pagar	0,00	8.007,97	8.007,97	0,00	2.876,71	2.876,71
Fornecedores de Investimento	0,00	950,00	950,00	0,00	950,00	950,00
Credores por Acrescimos de gastos	0,00	234.542,08	234.542,08	0,00	191.220,96	191.220,96
POISE-Subsidio Atribuido	0,00	60.478,28	60.478,28	0,00	129.766,62	129.766,62
Utentes Diversos do Lar	0,00	5.787,64	5.787,64	0,00	0,00	0,00
Total ativo	-	309.765,97	309.765,97	-	324.814,29	324.814,29

Discriminação dos valores associados a esta rubrica:

Pessoal (Remunerações liquidadas no inicio de Janeiro de 2017)	8.007,97€
Fornecedores de Investimento	950,00€
Ferias e Liquidar e Encargos c/ferias	234.542,08€
POISE-Subsidio atribuído RLIS-SAAS e ainda não Transferido	60.478,28€
Creditos de Utentes do Lar	5.787,64€

16 Venda e prestação de serviços

As vendas efetuadas no mercado interno, tem a seguinte composição:

RUBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
Mercadorias	4.007,35	9.319,40
Rédito	4.007,35	9.319,40



As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela ESNL:

Prestações de serviços	31-12-2017	31-12-2016
Acção Social	927887,38	841531,62
Saude	556.215,05	622.423,76
Outras Atividades	6.937,00	5.530,80
Volume de negócios	1.491.039,43	1.469.486,18

17 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Subsidios		
Centro Regional Seg.Social	930.909,59	783.177,88
Subsidios Outras Entidades	210.171,64	255.763,29
Totais	1.141.081,23	1.038.941,17

18 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Trabalhos especializados	33.805,18	26.607,53
Publicidade e propaganda	5.597,90	7.370,32
Vigilância e segurança	1.596,38	1.518,65
Honorários	142.898,73	158.048,39
Conservação e reparação	35.921,72	59.556,60
Despesas C/Serviços Bancários	10.292,35	9.777,89
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10.493,17	3.877,84
Livros e documentação técnica	23,94	0,00
Material de escritório	19.673,50	15.660,48
Artigos para oferta	2.849,13	3.425,87
Outros	9.600,26	9.303,97
Eletricidade	59.077,85	54.586,24
Combustíveis	50.026,37	41.454,30
Água	586,94	609,96
Outros	4.184,87	0,00
Deslocações e estadas	6.217,00	6.389,81
Rendas e alugueres	29.433,08	37.377,39
Comunicação	27.622,65	25.292,17
Seguros	15.349,91	14.588,88
Contencioso e notariado	833,06	341,92
Despesas de representação	48,30	450,00
despesas de Colóquios e Eventos	5.646,41	7.038,25
Limpeza, higiene e conforto	49.234,31	42.032,94
Outros	12.650,49	41.378,67
Total	533.663,50	566.688,07

19 Gastos com pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente “12”

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 31/12/2017 foi de “144” e em 31/12/2016 foi de “127”.

Também teve a participação de 10 Voluntárias.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Remuneração do pessoal	1.364.630,47	1.131.387,55
Benefícios pós - emprego	9.273,92	10.443,87
Encargos sobre remunerações	282.940,11	239.928,79
Seguros	12.642,02	13.979,47
Gastos com ação social	57.160,00	53.159,07
Outros gastos com pessoal	7.697,13	6.808,95
Total	1.734.343,65	1.455.707,70

20 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	3.826,74	4.937,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,02	0,34
Ganhos em inventários	725,91	185,07
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	5.553,40	5.241,33
Outros	182.177,89	57.392,55
Total	192.283,96	67.756,41

21 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



Santa Casa da Misericórdia de Tarouca
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL
31 Dezembro de 2017

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	2.142,75	2.916,34
Descontos de pronto pagamento concedidos	30,00	-
Perdas em inventários	1.929,53	938,43
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	264,49
Outros	3.577,49	5.499,91
Total	7.679,77	9.619,17

22 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Juros obtidos	10,17	17,99
Total	10,17	17,99

23 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2017	31-12-2016
Juros suportados	26.537,64	30.240,41
Total	26.537,64	30.240,41



24 Acontecimentos após a data do balanço

24.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Mesa Administrativa da Entidade no dia 5 de Março de 2018. No entanto os membros da Instituição poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

24.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

25 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26 Outras informações

A Entidade não tem ativos restringidos.

27 Termo de responsabilidade

A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2017, para além dos factos mencionados em anteriores notas

Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;

- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.



Tarouca, 5 de Março de 2018

A Mesa Administrativa

(Rui Fernando Guedes Raimundo - Provedor)

(Duarte João Reis Morais – Vice Provedor)

(Domingos Almeida Vingadas - Secretario)

(Adelaide Margarida Lopes Guedes de Melo-Tesoureiro)

(Carla Paula da Silva Cardoso - Mesario)

(Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso – Mesario)

(Rui Fernando Guedes Raimundo - Provedor)

(Noémia Cláudia Dias Pereira - Mesario)

(Ana Marta Gonçalves Pereira Pinto - Mesario)

(António Lucas Cardoso Pereira - Mesario)

(Eduardo dos Santos Teixeira - Mesário)

O Contabilista Certificado:

(José Duarte Santos Assunção CC N.º. 19.336)

Mapa de Controlo Orçamental dos Gastos

Mês: Regularizações

Contas Movimentadas:

Sim

Detalhado: Sim

Conta	Descrição	Valor Inscrito	Valor Corrigido	DuoVencidos	DuoMês	Saldo Conta	Desvio	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	377.000,00	377.000,00	377.000,00	0,00	393.135,83	-16.135,83	-4,28
62	Fornecimentos e serviços externos	577.900,00	577.900,00	577.900,00	0,00	533.663,50	44.236,50	7,65
63	Gastos com o pessoal	1.412.838,20	1.412.838,20	1.412.838,20	0,00	1.734.343,65	-321.505,45	-22,76
64	Gastos de depreciação e de amortização	126.500,00	126.500,00	126.500,00	0,00	119.129,45	7.370,55	5,83
68	Outros gastos e perdas	10.650,00	10.650,00	10.650,00	0,00	7.679,77	2.970,23	27,89
69	Gastos e perdas de financiamento	31.500,00	31.500,00	31.500,00	0,00	26.537,64	4.962,36	15,75
Totais:		2.536.388,20	2.536.388,20	2.536.388,20	0,00	2.814.489,84	-278.101,64	-10,96

Mapa de Controlo Orçamental dos Rendimentos

Mês: Regularizações

Contas Movimentadas:

Sim

Detalhado: Não

Conta	Descrição	Valor Inscrito	Valor Corrigido	DuoVencidos	DuoMês	Saldo Conta	Desvio	%
71	Vendas *	13.800,00	13.800,00	13.800,00	0,00	4.007,35	9.792,65	70,96
72	Prestações de serviços *	1.453.100,00	1.453.100,00	1.453.100,00	0,00	1.487.032,08	-33.932,08	-2,34
74	Trabalhos para a própria entidade	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.819,55	-819,55	-16,39
75	Subsídios, doações e legados à exploração *	1.029.652,34	1.029.652,34	1.029.652,34	0,00	1.141.081,23	-111.428,89	-10,82
78	Outros rendimentos e ganhos	183.107,92	183.107,92	183.107,92	0,00	192.283,96	-9.176,04	-5,01
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	500,00	500,00	500,00	0,00	10,17	489,83	97,97
Totais:		2.685.160,26	2.685.160,26	2.685.160,26	0,00	2.830.234,34	-145.074,08	-5,40